



Instauratio Magna

**Revista do Programa de Pós-Graduação
em Filosofia da Universidade Federal do ABC**

v. 4, n. 1 (2024) • ISSN: 2763-7689

Tradução

SOBRE CONCEITO E OBJETO

Gottlob Frege

Rafael de Araujo Serra (tradutor)

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

DOI: 10.36942/rfm.v4i1.984

Contato: rafaelterra19@gmail.com

Recebido em: 22/12/2023 • **Aprovado em:** 27/10/2024

SOBRE CONCEITO E OBJETO¹

Gottlob Frege (tradução de Rafael Araujo Serra)

-

Numa série de artigos desta revista sobre intuição e sua elaboração psíquica, Benno Kerry se referiu em algumas ocasiões ao meu *Grundlagen der Arithmetik* e a outros trabalhos meus, às vezes positivamente, às vezes negativamente. Para mim, isso só pode ser algo gratificante, e acredito que a melhor maneira de me mostrar agradecido é retomar a discussão dos pontos por ele contestados. Isso me parece ser particularmente necessário, uma vez que a sua objeção, no fim das contas, está baseada em parte num mal-entendido quanto aos meus comentários sobre o conceito, mal-entendido que poderia ser compartilhado por outros; e uma vez que esse tema, independentemente dessa ocasião particular, é importante e difícil o suficiente para ser abordado de maneira mais detalhada do que aquela que me pareceu ser apropriada em meu *Grundlagen*.

A palavra “conceito” é empregada de diferentes modos, às vezes com um sentido psicológico, às vezes com um sentido lógico, às vezes eventualmente numa mistura obscura de ambos os sentidos. Ora, essa liberdade outrora constatada encontra a sua natural limitação na exigência de que o modo de uso já admitido seja estabelecido. Eu decidi então me manter estritamente a um uso puramente lógico. A questão de se esse ou aquele sentido é o mais apropriado é uma que eu gostaria de deixar de lado como algo menos importante. No entanto, um entendimento quanto ao modo de expressão é facilmente alcançado assim que se reconhece que ali se encontra algo que merece uma designação especial.

¹ FREGE, Gottlob. Ueber Begriff und Gegenstand. *Vierteljahrsschrift für wissenschaftliche Philosophie* 16, No. 2, pp. 192-205, 1892.

Parece-me que o entendimento equivocado de Kerry é provocado pelo fato de ele confundir involuntariamente o seu próprio modo de uso da palavra “conceito” com o meu. Por isso surgem facilmente contradições que não podem ser atribuídas ao meu modo de uso.

Kerry questiona o que ele chama de minha definição de conceito. Nesse momento, gostaria de primeiramente observar que com a minha explicação não intenciono propriamente uma definição. Também não se pode exigir que tudo seja definido, assim como não se pode exigir do químico que ele decomponha todas as substâncias. Aquilo que é simples não pode ser decomposto, e aquilo que é logicamente simples na verdade não pode ser definido. Assim como a maioria dos elementos químicos, aquilo que é logicamente simples não está dado de antemão, mas é obtido somente por meio do trabalho científico. Se algo que é simples, ou que pelo menos deva valer como simples até segunda ordem, é descoberto, então deve ser cunhada uma denominação para isso, uma vez que a linguagem não terá originalmente uma expressão precisa correspondente. Não é possível uma definição para introduzir um nome para aquilo que é logicamente simples. Desse modo, não resta nada além de orientar o leitor ou ouvinte por meio de indicações [*Winke*], para que se entenda o significado por trás das palavras.

Kerry não quer que a distinção entre conceito e objeto tenha validade absoluta. Ele diz: “Numa passagem anterior, nós demos a ideia de que a relação entre o conteúdo do conceito e o objeto do conceito [*Begriffsgegenstand*] é, de certa forma, uma relação peculiar e irreduzível; mas de modo algum está associada a isso a ideia de que as propriedades de ser conceito e de ser objeto são mutuamente excludentes; a última ideia se segue tampouco da primeira quanto, por exemplo, segue-se do fato da relação entre pai e filho não ser uma relação ainda mais redutível, que alguém não possa ser pai e filho

simultaneamente (ainda que, naturalmente, não seja pai e filho da mesma pessoa, por exemplo).”

Continuemos com essa analogia! Se existissem ou tivessem existido seres que, embora fossem pais, não pudessem ser filhos, então eles seriam, evidentemente, de um tipo completamente distinto de todas as pessoas que são filhos. Algo parecido acontece aqui. O conceito — do modo como eu entendo a palavra — é predicativo². No entanto, um nome de objeto, um nome próprio, é completamente incapaz de ser empregado como predicado gramatical. Isso certamente necessita de uma explicação, para não parecer errado. Assim como se pode afirmar de algo que este seja verde, ou que seja um mamífero, não se pode igualmente afirmar que algo seja Alexandre, o Grande, ou que seja o número quatro, ou que seja o planeta Vênus? Quando se pensa assim, não se diferencia os modos de uso da palavra “é”. Nos dois primeiros exemplos, ela serve como cópula, como mero símbolo sintático de afirmação. Como tal, ela pode eventualmente ser substituída pela mera terminação verbal. Compara-se, por exemplo, “esta folha é verde” e “esta folha verdeja”³. Nós dizemos então que algo cai sob um conceito, e o predicado gramatical se refere neste caso a esse conceito. Nos três últimos exemplos, por outro lado, a palavra “é”, assim como o sinal de identidade na aritmética, é

² Isto é, ele é a referência de um predicado gramatical.

³ [Nota do/a tradutor/a] Aqui, Frege transforma o adjetivo alemão “grün” (“verde”) no verbo “grünen” (“verdejar”), e o conjuga na terceira pessoa do singular com o sujeito “dieses Blatt” (“esta folha”), formando a frase “dieses Blatt grünt” (“esta folha verdeja”), de modo que a cópula “ist” (“é”) deixa de ser necessária para expressar o conteúdo da frase “dieses Blatt ist grün” (“esta folha é verde”).

utilizada para expressar uma equação⁴. Na frase “A estrela da manhã é o planeta Vênus” nós temos dois nomes próprios, “estrela da manhã” e “Vênus”, para o mesmo objeto. Na frase “A estrela da manhã é um planeta” temos um nome próprio, “A estrela da manhã”, e uma expressão conceitual, “um planeta”. Linguisticamente, não aconteceu nada além da substituição de “o planeta Vênus” por “um planeta”; mas a relação se tornou, no que diz respeito aos fatos, uma totalmente diferente. Uma equação é simétrica, um objeto cair sob um conceito é uma relação não-simétrica. O “é” na frase “A estrela da manhã é o planeta Vênus” não é, evidentemente, a mera cópula, mas sim, quanto ao seu conteúdo, também uma parte essencial do predicado, de maneira que nas palavras “o planeta Vênus” o predicado não está inteiramente contido⁵. Em troca, pode-se dizer: “A estrela da manhã é nada além do que o planeta Vênus”, e aqui nós colocamos separadamente em cinco palavras aquilo que antes estava no simples “é”, e agora “é” em “é nada além do que” é de fato apenas a cópula. O que é aqui afirmado não é, portanto, **o planeta Vênus**, mas sim **nada além do que o planeta Vênus**. Essas palavras designam um conceito, sob o qual, no entanto, somente um único objeto cai. Mas um tal conceito deve sempre ser distinguido do objeto⁶. Nós temos aqui uma palavra: “Vênus”, que, na verdade, nunca pode ser um predicado, ainda que ela possa constituir uma parte de um predicado. A referência⁷ [*Bedeutung*] dessa palavra não pode, portanto, nunca se apresentar como conceito, mas somente como objeto. Que

⁴ Eu utilizo a palavra “igual” e o sinal “=” no sentido de “o mesmo que”, “nada além do que”, “idêntico a”. Cf. *Vorlesungen über die Algebra der Logik* (Leipzig, 1890), Vol. 1, §1 de E. Schröder, em que, no entanto, deve ser criticado que não são diferenciadas as duas relações fundamentalmente distintas de cair um objeto sob um conceito e a subordinação de um conceito a um conceito. Os comentários sobre a raiz completa [*Vollwurzel*] fornecem, igualmente, motivo para questionamento. Para Schröder, o sinal “=” não representa meramente a cópula.

⁵ Cf. meu *Grundlagen*, §66, nota de rodapé.

⁶ Cf. meu *Grundlagen*, §51.

⁷ Cf. meu artigo *Über Sinn und Bedeutung* que em breve sairá na *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*.

algo desse tipo exista não é, provavelmente, uma coisa que Kerry iria querer contestar. Mas, com isso, caberia uma distinção, cujo reconhecimento é muito importante, entre aquilo que pode apenas se apresentar como objeto e todo o resto. E essa distinção não seria obscurecida ainda que fosse verdade aquilo que Kerry diz, que existem conceitos que também podem ser objetos. Realmente existem casos que parecem apoiar essa visão. Eu mesmo indiquei (no final de §58, *Grundlagen*) que um conceito pode cair sob um conceito superior, o que, porém, não deve ser confundido com a subordinação de um conceito a um outro. Kerry não faz referência a isso, mas sim oferece o seguinte exemplo: “o conceito ‘cavalo’ é um conceito facilmente realizável”, querendo dizer que o conceito ‘cavalo’ é um objeto, mais precisamente um dos objetos que caem sob o conceito ‘conceito facilmente realizável’. Exatamente! As três palavras “o conceito ‘cavalo’” designam um objeto e, precisamente por isso, não um conceito, como eu utilizo a palavra. Isso está totalmente de acordo com a caracterização⁸ fornecida por mim, segundo a qual o artigo definido no singular sempre indica um objeto, enquanto o artigo indefinido acompanha uma expressão conceitual. Kerry diz que não se pode basear determinações lógicas em distinções linguísticas; mas absolutamente ninguém pode impedir quem faz tais determinações do modo como eu faço, pois nós não podemos nos entender sem a linguagem e, por isso, no fim das contas, sempre somos orientados a acreditar que os outros entendem as palavras, as inflexões [*Formen*] e a estruturação de frases [*Satzbildung*] essencialmente da mesma forma que nós próprios. Como já foi dito: eu não queria definir, mas somente fornecer indicações ao me referir, neste caso, à intuição geral da língua alemã. Neste contexto, é para mim muito vantajoso que a distinção linguística esteja tão bem de acordo com a distinção factual. No caso do artigo indefinido, provavelmente não será notada absolutamente nenhuma exceção a nossa regra, pois exceções seriam formulações arcaicas, como “um nobre conselho”.

⁸ *Grundlagen* §51; §66, nota de rodapé; §68, p.80, nota de rodapé.

A coisa não é bem tão simples no caso do artigo definido, especialmente no plural; mas a minha caracterização não faz referência a esse caso. No caso do singular, a questão, o tanto quanto vejo, é apenas duvidosa quando ele ocupa o lugar do plural, como nas frases: “o turco cerca Viena” e “o cavalo é um animal quadrúpede”. Esses casos são tão facilmente reconhecíveis como excepcionais que a sua ocorrência dificilmente desvaloriza a nossa regra. Está claro que, na primeira frase, “o turco” é o nome próprio de um povo. A maneira mais adequada de compreender a segunda frase é, aparentemente, como a expressão de um juízo universal, como: “todos os cavalos são animais quadrúpedes”, ou: “todos os cavalos completamente desenvolvidos são animais quadrúpedes”, caso que ainda será abordado posteriormente⁹. Quando Kerry chama a minha caracterização de incorreta, ao afirmar que o nome composto pelas sete primeiras palavras da frase “o conceito do qual eu falo acima é um conceito individual” designa certamente um conceito, ele entende a palavra “conceito” não no meu sentido da palavra, e a contradição não se encontra em minha determinação. Porém, ninguém pode exigir que o meu modo de expressão deva estar de acordo com o do Kerry.

⁹ Atualmente, parece que se está inclinado a exagerar o alcance da declaração de que diferentes expressões linguísticas nunca sejam completamente equivalentes, e que uma palavra jamais seja reproduzida exatamente da mesma forma em outra língua. Talvez se pudesse ir ainda mais longe e dizer que nem sequer a mesma palavra é igualmente compreendida por pessoas que falam a mesma língua. O quanto de verdade está contido nessas proposições eu não pretendo investigar, mas sim somente enfatizar que, apesar disso, não raramente encontramos algo em comum em expressões distintas, o que eu chamo de sentido e, especialmente no caso de proposições, de pensamento; em outras palavras: não se deve ignorar que o mesmo sentido, o mesmo pensamento pode ser expresso de maneiras diferentes, caso no qual a distinção não é, portanto, uma de sentido, mas sim apenas uma de compreensão [*Auffassung*], focalização [*Beleuchtung*] ou coloração [*Farbung*] do sentido, o que não tem importância para a lógica. É possível que uma proposição não forneça nem mais nem menos informação do que uma outra; e apesar de toda diversidade da linguagem, a humanidade tem um patrimônio comum de pensamentos. Se fosse proibida toda reformulação de uma expressão sob o pretexto de que isso também modificaria o conteúdo, então a lógica ficaria absolutamente estática; pois a sua tarefa não seria inteiramente realizável sem o esforço de reconhecer o pensamento em suas diversas roupagens. Nesse caso, toda definição também seria descartada como falsa.

Não pode ser ignorado que aqui existe uma dificuldade linguística sem dúvida inevitável, quando nós afirmamos que o conceito **cavalo** não é um conceito¹⁰, enquanto, por exemplo, certamente a cidade de Berlim é uma cidade e o vulcão Vesúvio um vulcão. A linguagem se encontra aqui numa situação coercitiva que justifica o desvio do que é habitual. Que o nosso caso é um caso especial o próprio Kerry sugere por meio das aspas na palavra “cavalo” – eu utilizo negrito com a mesma finalidade. Não houve nenhuma razão para que marcássemos as palavras “Berlim” e “Vesúvio” da mesma forma. Em investigações lógicas, não raramente se tem a necessidade de afirmar algo de um conceito e, também, apresentar isso da forma que é habitual para tais afirmações, a saber, a forma na qual a afirmação se torna o conteúdo do predicado gramatical. Consequentemente, esperar-se-ia que o conceito aparecesse como referência do sujeito gramatical; mas ele, por causa de sua natureza predicativa, não pode ocorrer simplesmente assim, mas deve em primeiro lugar ser transformado num objeto, ou, mais precisamente, ele deve ser representado por um objeto¹¹, que nós designamos por meio das palavras acima “o conceito”, por exemplo,

“O conceito **humano** não é vazio”.

Aqui, as três primeiras palavras devem ser compreendidas como nome próprio¹², que, assim como “Berlim” ou “Vesúvio”, tampouco pode ser utilizado predicativamente. Quando nós dizemos: “Jesus cai sob o conceito **humano**”, o predicado (ao dispensarmos a cópula) é

¹⁰ Algo similar ocorre quando nós, em relação à frase “essa rosa é vermelha”, dizemos: o predicado gramatical “é vermelha” pertence ao sujeito “essa rosa”. Aqui, as palavras “o predicado gramatical ‘é vermelha’” não constituem predicado gramatical, mas sim sujeito. Justamente pelo fato de o chamarmos expressamente de predicado, nós tiramos essa propriedade dele.

¹¹ Cf. meu *Grundlagen*, p. X.

¹² Eu chamo de nome próprio todo símbolo para um objeto.

“algo que cai sob o conceito **humano**”,

e ele se refere ao mesmo que

“um humano”.

No entanto, a locução nominal

“O conceito **humano**”

é somente uma parte desse predicado.

Pode-se argumentar, contra a natureza predicativa do conceito, que de fato se fala de um conceito de sujeito. Mas, também em tais casos, como, por exemplo, na frase

“Todos os mamíferos têm sangue vermelho”,

a natureza predicativa¹³ do conceito não pode ser ignorada; pois em vez disso, pode-se dizer:

“o que é mamífero tem sangue vermelho”,

ou

“se algo é um mamífero, então ele tem sangue vermelho”.

¹³ O que eu chamo aqui de natureza predicativa do conceito é somente um caso especial da carência de complementação ou insaturação que eu, no meu texto *Funktion und Begriff* (Jena, 1891), indiquei como sendo intrínseco à função. Ali, a expressão “a função $f(x)$ ” não pôde ser facilmente evitada, mesmo que também tenha surgido a dificuldade de que a referência dessas palavras não é uma função.

Quando eu escrevi meu *Grundlagen der Arithmetik*, ainda não tinha feito a distinção entre sentido e referência¹⁴ e, por isso, ainda reunia sob a expressão “conteúdo judicável” aquilo que hoje designo separadamente com as palavras “pensamento” e “valor de verdade”. Por isso, eu não concordo mais integralmente com o conteúdo da explicação ali fornecida no §77, embora, quanto ao que é substancial, ainda seja da mesma opinião. De maneira breve, quando entendemos “predicado” e “sujeito” no sentido linguístico, nós podemos dizer: conceito é a referência de um predicado, objeto é aquilo que nunca pode ser a referência completa de um predicado, mas pode ser a referência de um sujeito. Neste caso, deve ser observado que as palavras “todos”, “cada”, “nenhum” e “alguns” vêm antes das expressões conceituais. Nas sentenças universais e particulares, afirmativas e negativas, nós expressamos relações entre conceitos, e indicamos o tipo especial dessa relação por meio de tais palavras, que, portanto, não devem estar associadas de maneira logicamente mais estreita com a expressão conceitual que vem depois delas, mas sim devem estar relacionadas com a sentença como um todo. Vê-se isso facilmente no caso da negação. Se, na frase

“Todos os mamíferos são criaturas terrestres”,

a locução “todos os mamíferos” expressasse o sujeito lógico do predicado **são criaturas terrestres**, então se deveria, para negar o todo, negar o predicado: “não são criaturas terrestres”. Ao invés disso, o “não” deve ser colocado antes de “todos”, do que se segue que “todos” pertence logicamente ao predicado. Por outro lado, nós negamos a frase “o conceito **mamífero** está subordinado ao conceito **criatura terrestre**” ao negarmos o predicado: “não está subordinado ao conceito **criatura terrestre**”.

¹⁴ Cf. meu artigo *Über Sinn und Bedeutung* na *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*. [FREGE, G. Sobre o Sentido e a Referência. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. 2. ed. amp. e rev. São Paulo: Edusp, 2009. p. 129-158].

Se nós sustentarmos que, no meu modo de expressão, termos como “o conceito F ” não designam conceitos, mas sim objetos, então as objeções de Kerry se tornam já em grande parte sem sentido. Ele está enganado quando diz (p. 281) que eu identifiquei conceito e extensão de conceito. Eu apenas expressei a minha opinião de que se pode substituir as palavras “extensão de conceito” por “conceito” na expressão “o número que pertence ao conceito F é a extensão do conceito **equinúmero ao conceito F** ”. Observe-se bem que essa palavra [“conceito”] está ligada ao artigo definido. A propósito, esse foi apenas um comentário casual, em cima do qual eu não fundamentei nada.

Assim, na medida em que Kerry não consegue preencher a lacuna entre conceito e objeto, pode-se tentar aproveitar a minha própria discussão nesse sentido. Eu disse¹⁵ que a atribuição numérica contém uma afirmação sobre um conceito; falo sobre propriedades que são afirmadas de um conceito, e é possível que um conceito caia sob um conceito superior¹⁶. Chamei a existência de propriedade de um conceito. O que eu quero dizer com isso se tornará mais claro com um exemplo. Na frase “existe pelo menos uma raiz quadrada de 4”, não é afirmado nada, por exemplo, do número 2 especificamente, e nem de -2, mas sim de um conceito, a saber, **raiz quadrada de 4**, de que esse conceito não é vazio. Mas, se eu expressei o mesmo pensamento assim: “o conceito **raiz quadrada de 4** é satisfeito”, então as primeiras seis palavras constituem o nome próprio de um objeto, e desse objeto é afirmado algo. Porém, bem se repara que essa afirmação não é a mesma que aquela feita sobre o conceito. Isso surpreende somente aqueles que não reconhecem que um pensamento pode ser desconstruído [*zerlegt*] de diversas maneiras e que, por isso, ora um elemento, ora outro aparece como sujeito e como predicado. O que deve ser

¹⁵ *Grundlagen*, §46.

¹⁶ *Grundlagen*, §58.

entendido como sujeito não é determinado pelo próprio pensamento. Quando se diz: “o sujeito desse juízo”, designa-se algo determinado somente se é simultaneamente indicado um tipo específico de desconstrução [*Zerlegung*]. Em geral, se faz isso em relação a certo conteúdo literal [*Wortlaut*]. Mas não se pode nunca esquecer que frases distintas podem expressar o mesmo pensamento. Assim, em nosso pensamento, pode-se encontrar também uma afirmação sobre o número 4:

“o número 4 tem a propriedade de que existe algo cujo quadrado é ele.”

A linguagem tem recursos para fazer com que ora essa, ora aquela parte do pensamento apareça como sujeito. Um dos mais conhecidos é a distinção entre as vozes ativa e passiva. Em relação a isso, não é impossível, portanto, que o mesmo pensamento apareça como singular em **uma** desconstrução, em outra como particular, e numa terceira como universal. Assim, não deve ser surpreendente que a mesma frase possa ser compreendida como uma afirmação sobre um conceito e também como uma afirmação sobre um objeto, contanto que apenas seja observado que essas afirmações são distintas. É impossível substituir as palavras “uma raiz quadrada de 4” na frase “existe pelo menos uma raiz quadrada de 4” por “o conceito **raiz quadrada de 4**”, isto é, a afirmação que convém ao conceito não convém ao objeto. Embora a nossa frase não apresente o conceito como sujeito, ela ainda assim afirma algo sobre ele. Pode-se compreender isso como se expressasse o caso de um conceito cair sob um conceito superior¹⁷. Mas, com isso, a distinção entre objeto e conceito não é de modo algum obscurecida. Em primeiro lugar, observemos que, na frase “existe pelo menos uma raiz quadrada de 4”, o conceito não renega a sua natureza predicativa. Pode-se dizer “existe algo que tem a propriedade de resultar em 4 quando multiplicado consigo mesmo”. Consequentemente, isso

¹⁷ No meu *Grundlagen*, eu chamei um tal conceito de conceito de segunda ordem, e no meu texto “*Funktion und Begriff*” de conceito de segundo nível, o que também pretendo fazer aqui.

que é aqui afirmado de um conceito não pode nunca ser afirmado de um objeto; pois um nome próprio não pode nunca ser expressão predicativa, embora ele possa ser parte de uma tal expressão. Eu não quero dizer que é falso afirmar de um objeto isso que é aqui afirmado de um conceito; mas sim que é impossível, que é sem sentido. A frase “existe Júlio César” não é nem verdadeira nem falsa, mas sim sem sentido, ainda que a frase “existe um homem com o nome Júlio César” tenha um sentido; mas aqui nós temos novamente um conceito, como revela o artigo indefinido. O mesmo temos na frase “existe somente uma Viena”. Não se pode deixar enganar pelo fato de que a linguagem às vezes utiliza a mesma palavra em parte como nome próprio, em parte como expressão conceitual. Aqui, o numeral [“uma”] indica que o último caso ocorre. “Viena” é aqui expressão conceitual tanto quanto “cidade imperial”. Nesse sentido, pode-se dizer: “Trieste não é nenhuma Viena”. Por outro lado, quando se substitui o nome próprio formado pelas seis primeiras palavras da frase “o conceito **raiz quadrada de quatro** é satisfeito” por “Júlio César”, nós obtemos uma frase que tem um sentido, mas é falsa; pois a satisfação [*Erfülltsein*], como a palavra é aqui entendida, pode ser afirmada verdadeiramente apenas de objetos de um tipo especial, a saber, aqueles que podem ser designados por nomes próprios da forma “o conceito *F*”. No entanto, quanto a sua substituibilidade, as palavras “o conceito **raiz quadrada de quatro**” se comportam de maneira essencialmente diferente das palavras “uma raiz quadrada de quatro” de nossas frases iniciais, isto é, as referências dessas duas locuções são essencialmente distintas.

O que é aqui mostrado num exemplo vale em geral: o conceito se comporta essencialmente de modo predicativo também nos contextos em que algo é afirmado dele; conseqüentemente, nesses contextos, ele só pode ser substituído novamente por um conceito, nunca por um objeto. Portanto, a afirmação que é feita sobre um conceito não convém de modo algum a um objeto. Os conceitos de segundo nível, sob os quais caem conceitos, são

essencialmente distintos dos conceitos de primeiro nível, sob os quais caem objetos. A relação de um objeto com um conceito de primeiro nível sob o qual ele cai é, ainda que similar, distinta da relação de um conceito de primeiro nível com um conceito de segundo nível. Para fazer jus tanto à diferença quanto à similaridade, pode-se talvez fazer um ajuste: um objeto cai **sob** um conceito de primeiro nível, e um conceito cai **em** um conceito de segundo nível. Deste modo, a distinção entre conceito e objeto se mantém muito firme.

Está relacionado com isso o que eu disse no §63 do meu *Grundlagen* sobre o meu modo de uso das palavras “propriedade” e “nota característica”. As concepções de Kerry me levam a retornar mais uma vez a isso. Essas palavras servem para a designação de relações em frases como “ Φ é propriedade de Γ ” e “ Φ é nota característica de Ω ”. De acordo com o meu modo de expressão, algo pode ser simultaneamente propriedade e nota característica, mas não da mesma coisa. Os conceitos sob os quais cai um objeto eu chamo de suas propriedades, de maneira que

“ser Φ é uma propriedade de Γ ”

é apenas uma outra expressão para

“ Γ cai sob o conceito de Φ ”.

Se o objeto Γ tem as propriedades Φ , X e Ψ , então eu posso reuni-las em Ω , de tal modo que é a mesma coisa dizer que Γ tem a propriedade Ω ou dizer que Γ tem as propriedades Φ , X e Ψ . Eu então chamo Φ , X e Ψ de notas características do conceito Ω e, ao mesmo tempo, de propriedades de Γ . É claro que a relação de Φ com Γ é completamente diferente da relação com Ω , e que, por isso, é necessária uma denominação distinta. Γ cai sob o conceito Φ ; mas Ω , que em si mesmo é um conceito, não pode cair sob o conceito de

primeiro nível Φ , mas somente poderia estar numa relação similar com um conceito de segundo nível. Em contrapartida, Ω está subordinado ao Φ .

Quanto a isso, consideremos um exemplo! Ao invés de dizer:

“2 é um número positivo” e

“2 é um número inteiro” e

“2 é menor do que 10”,

nós também podemos dizer

“2 é um número inteiro positivo menor do que 10”.

Aqui,

ser um número positivo,

ser um número inteiro,

ser menor do que 10

aparecem como propriedades do objeto 2, mas, ao mesmo tempo, como notas características do conceito

número inteiro positivo menor do que 10.

Esse conceito não é nem número positivo, nem um número inteiro, nem menor do que 10. Ele está subordinado ao conceito **número inteiro**, mas não cai sob ele.

Agora, comparemos isso com o que Kerry diz no 2º artigo, p. 424: “Pelo número 4, entende-se o resultado da associação aditiva de 3 e 1. O objeto de conceito [*Begriffsgegenstand*] do conceito indicado aqui é o número individual 4,

um número totalmente determinado da sequência dos números naturais. Evidentemente, esse objeto carrega consigo justamente as notas características mencionadas em seu conceito, e — caso se deixe de considerar, como certamente deve-se fazer, as infinitas relações nas quais ele se encontra com todos os outros números individuais como sendo intrínsecas a ele — mais nenhuma outra: ‘o’ 4 é, da mesma forma, o resultado da associação aditiva de 3 e 1.”

Reconhece-se imediatamente que a distinção feita por mim entre propriedade e nota característica é aqui completamente obscurecida. Aqui, Kerry distingue o número 4 de ‘o’ número 4. Eu devo confessar que essa distinção é incompreensível para mim. O número 4 deve ser o conceito; ‘o’ número 4 deve ser o objeto do conceito e nada além do que o número individual 4. Não é preciso que expliquemos que a minha distinção entre conceito e objeto não existe aqui. É quase como se Kerry — ainda que de maneira totalmente obscura — tivesse aqui em mente a distinção que eu faço entre o sentido e a referência das palavras “o número 4”¹⁸. Porém, somente quanto à referência é possível dizer que ela é o resultado da associação aditiva de 3 e 1.

Como então deve ser entendido o “é” nas frases “o número 4 é o resultado da associação aditiva de 3 e 1” e “‘o’ número 4 é o resultado da associação aditiva de 3 e 1”? Ele é mera cópula ou ajuda a expressar uma equação lógica? No primeiro caso, o “o” antes de “resultado” deveria ser retirado, e as frases ficariam assim:

“o número 4 é resultado da associação aditiva de 3 e 1.”

e

¹⁸ Cf. o meu artigo *Über Sinn und Bedeutung* acima citado.

“o’ número 4 é resultado da associação aditiva de 3 e 1.”

Nós teríamos então o caso em que os objetos designados por Kerry com

“o número 4” e “o’ número 4.”

cairiam sob o conceito

resultado da associação aditiva de 3 e 1.

Então, a única questão seria o que distingue esses objetos. Aqui, eu utilizo as palavras “objeto” e “conceito” do meu modo habitual. O que Kerry parece querer dizer eu expressaria assim:

“o número 4 tem como propriedade aquilo e somente aquilo que o conceito resultado da associação aditiva de 3 e 1 tem como nota característica.”

O sentido da primeira de nossas duas frases eu expressaria então assim:

“ser um número 4 é o mesmo que ser resultado da associação aditiva de 3 e 1”;

e então, o que presumi há pouco como sendo o ponto de vista de Kerry, poderia também ser expresso assim:

“o número 4 tem como propriedade aquilo e somente aquilo que o conceito **número 4** tem como nota característica.”

Se isso é verdade é uma questão que pode ficar aqui em aberto. No caso das palavras “o’ número 4”, nós poderíamos então retirar as aspas do artigo definido.

No entanto, nessas tentativas de interpretação, nós pressupusemos que em pelo menos uma das duas frases os artigos definidos antes de “resultado” e “número 4” foram colocados apenas por engano. Se tomarmos as palavras como elas são, então pode-se compreender o seu sentido somente como uma equação lógica, como

“o número 4 é nada além do que o resultado da associação aditiva
de 3 e 1.”

Aqui, o artigo definido antes de “resultado” é logicamente justificado somente se for reconhecido 1) que existe um tal resultado e 2) que não existe mais do que um. Essa locução designa então um objeto e deve ser compreendida como nome próprio. Se as nossas duas frases devessem ser compreendidas como equações lógicas, então, uma vez que os lados direitos coincidem, se seguiria delas que o número 4 é ‘o’ número 4 ou, se for preferível, que o número 4 é nada além do que ‘o’ número 4, a partir do que a distinção feita por Kerry seria revelada como sem sentido. No entanto, não é a minha tarefa aqui revelar contradições em sua interpretação. O que ele entende pelas palavras “objeto” e “conceito” na verdade não é da minha conta aqui; com isso, eu pretendo apenas lançar mais luz sobre o meu próprio modo de usar essas palavras e, assim, mostrar que ele, em todo caso, diverge do modo de uso de Kerry, quer haja ou não uma coerência interna em seu uso.

Eu não nego absolutamente a Kerry o direito de utilizar as palavras “objeto” e “conceito” à sua maneira, mas gostaria de preservar o mesmo direito para mim e afirmar que, com a minha terminologia, apreendi uma distinção da maior importância. No entanto, um obstáculo peculiar se encontra no caminho para o entendimento com o leitor, a saber, que, dada uma certa necessidade linguística, eventualmente as minhas expressões, tomadas de maneira totalmente literal, não alcançam o pensamento [pretendido], à medida que um

objeto é nomeado onde um conceito é intencionado. Eu estou inteiramente consciente de que, em tais casos, estou dependendo de uma concessão benevolente do leitor, que não nega nem um grãozinho de sal.

Pode-se talvez pensar que essa dificuldade é criada artificialmente, que não é necessário lidar com algo tão difícil de manejar como aquilo que eu chamei de conceito, que se pode considerar, em concordância com Kerry, o caso de um objeto cair sob um conceito como uma relação em que aquilo que **uma** vez pode ocorrer como objeto, numa outra vez possa aparecer como conceito. As palavras “objeto” e “conceito” serviriam então apenas para indicar o posicionamento distinto na relação. Pode-se fazer isso; porém, está muito enganado quem acredita que com isso evita a dificuldade. Ela é apenas postergada; pois considerando as partes de um pensamento, nem todas podem ser completas, mas pelo menos uma delas deve ser de certa forma insaturada ou predicativa, caso contrário elas não teriam adesão uma à outra. Assim, por exemplo, o sentido da locução “o número 2”, na ausência de um meio de ligação, não tem adesão ao sentido da expressão “o conceito **número primo**”. Um tal [meio de ligação] nós utilizamos na frase “o número 2 cai sob o conceito **número primo**”. Ele está contido nas palavras “cai sob”, que carecem duplamente de complementação por um sujeito e um objeto [*Akkusativ*]; e somente graças a essa insaturação de seu sentido elas são capazes de servir como meio de ligação. Somente quando elas são complementadas nesses dois aspectos nós temos um sentido completo, temos um pensamento. Sobre tais palavras ou locuções, eu digo que elas se referem a uma relação. Ora, nós temos no caso da relação a mesma dificuldade que queríamos evitar no caso do conceito; pois não designamos uma relação com as palavras “a relação de um objeto cair sob um conceito”, mas sim um objeto, e os três nomes próprios “o número 2”, “o conceito **número primo**” e “a relação de um objeto cair sob um conceito” são tão estranhos entre si quanto os dois primeiros sozinhos; independentemente de como nós os combinemos, não obtemos uma frase.

Assim, reconhecemos facilmente que a dificuldade que se encontra na insaturação de uma parte do pensamento pode aparentemente ser postergada, mas não evitada. Embora “completo” e “insaturado” sejam apenas expressões ilustrativas, tudo que eu pretendo e posso fazer aqui é fornecer indicações.

O entendimento pode ser facilitado se o leitor conferir o meu texto *Funktion und Begriff*. Quanto à questão do que se chama na análise de “função”, depara-se com o mesmo obstáculo; e, com uma reflexão mais profunda, pode-se descobrir que ele é fundamentado pelo próprio assunto e pela natureza de nossa linguagem, de modo que certa inadequação da expressão linguística é inevitável, e nada resta além de estar ciente disso e a termos sempre em conta.

Jena.

G. Frege.

REFERÊNCIAS

FREGE, Gottlob. "On Concept and Object". **Mind**, v. 60, n. 238, 1951, pp. 168-180. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2251430>. Acesso em: 27.10.2024.